PODER

Salomão assume a presidência do STJ

Ministro toma posse no comando da Corte, com Mauro Campbell Marques como vice. Os dois foram escolhidos por unanimidade pelo Pleno do tribunal em 14 de abril

» RENATO SOUZA

Gustavo Lima/STJ

Os ministros Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques ficarão no comando do tribunal até 2028

O ministro Luis Felipe Salomão tomou posse, ontem, como presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A vice-presidência ficará com o ministro Mauro Campbell Marques. Os dois estarão à frente da Corte no biênio 2026-2028.

O evento de posse contou com a presença de autoridades dos Três Poderes, além de advogados e familiares dos magistrados empossados na função.

Entre as autoridades, participaram o vice-presidente Geraldo Alckmin; o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin; os ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Flávio Dino; a governadora do Distrito Federal, Celina Leão; o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP); e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O ministro aposentado do Supremo Luís Roberto Barroso também compareceu e se sentou na plateia dos convidados.

Em seu discurso de posse, Salomão destacou a relevância do STJ no Poder Judiciário e exaltou os antecessores. "Este evento marca um rito de passagem, frequente no Judiciário, quando chega uma nova administração, com renovadas ideias, mas apoiada nos ombros de gigantes que a precederam. Cada direção coloca uma pequena pedra na construção desta grande catedral da Justiça", frisou. "Por isso, numa transmissão de cargos em um tribunal desta grandeza, é importante salientar a dimensão de sua missão e o papel do próprio Poder Judiciário."

O magistrado citou casos importantes analisados pela Corte. "Uma decisão do STJ reconheceu que situações excepcionais podem justificar a adoção do menor pelos avós e permitiu que a dona Neiva Aparecida de Souza pudesse adotar o neto de 12 anos, uma vez que o pai e a mãe eram dependentes químicos. O ministro Moura Ribeiro relativizou o texto frio da lei em prol do princípio do melhor interesse da criança", lembrou. "O STJ também garantiu à mãe de Leide das Neves, primeira vítima fatal da contaminação pelo césio-137, acidente radioativo ocorrido em Goiás em 1987, o direito de receber uma indenização por danos morais e materiais. Kyara, a bebê de Brasília com AME (atrofia muscular espinhal), conseguiu o medicamento específico por meio de uma decisão do STJ e sobreviveu", acrescentou.

O ministro Herman Benjamin deixou o comando da Corte e fez um breve discurso. "Estou convencido de que vossa excelência fará uma gestão profícua e que em dois anos estaremos reunidos aqui de novo para celebrar os feitos da sua presidência", destacou.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, afirmou que a entidade será uma parceira da nova gestão da Corte, mas ressaltou a importância de defender as prerrogativas da advocacia. "Estaremos também, como determina nossa missão constitucional, vigilantes na defesa das prerrogativas, do devido processo legal, da ampla defesa e dos direitos fundamentais", disse.

Saiba mais

Os ministros Luis Felipe Salomão e Mauro Campbell Marques foram escolhidos por unanimidade pelo Pleno do STJ em 14 de abril para ocupar os dois principais postos da Corte no próximo biênio.

Com mais de 30 anos de carreira na magistratura, Salomão acumula 18 anos de atuação como ministro do STJ. Antes de chegar à Corte, foi juiz e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) e atuou como promotor de Justiça em São Paulo.

Campbell deixa o comando da Corregedoria Nacional de Justiça, que será assumido pelo ministro Benedito Gonçalves.

"A qualidade das decisões, a transparência e o acesso dos cidadãos serão preocupações permanentes de nós todos. Utilizar a inteligência artificial e as ferramentas tecnológicas para estarem a serviço da sociedade, e não o contrário"

Luis Felipe Salomão, *presidente do STJ*

INVESTIGAÇÃO

Lula reúne-se com advogado do filho

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» ARMANDO HOLANDA

O presidente Luiz Inácio da Silva se reuniu, ontem, com o advogado Marco Aurélio de Carvalho, defensor de seu filho mais velho, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, investigado por suspeita de tráfico de influência.

Além de defender Lulinha, Marco Aurélio — integrante do Grupo Prerrogativas — é um dos coordenadores, em São Paulo, da campanha do presidente à reeleição. O chefe do Executivo tem repetido que acredita na inocência do filho, porém ressalta que, se ele for culpado, terá de pagar.

Antes de ir ao encontro de Lula, no Palácio da Alvorada, Marco Aurélio comentou as investigações da Polícia Federal contra Lulinha.

Segundo ele, setores "lavianos" da PF tentam incriminar seu cliente. Esses grupos, conforme o advogado, também conspiraram contra o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues.

"Infelizmente, ele próprio tem sido vítima de uma ação leviana, desonesta e criminosa de determinados e específicos setores da Polícia Federal", acusou, em entrevista ao **Correio**.

Contra Lulinha, a PF apura o envolvimento em negócios com a empresária e lobista Roberta Luchsinger, investigada na operação das fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS.

O inquérito apura suposto tráfico de influência do filho do presidente em órgãos do governo federal. Em uma das mensagens, em março de 2024, ele diz que participa de reuniões com Marco Aurélio Ribeiro, o Marcola, então chefe de gabinete de Lula, e o então secretário-executivo do Ministério da Saúde, Swedenberger Barbosa, conhecido como Berger.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

A disputa pelo poder das big techs chega com tudo ao Brasil

A transformação política do Vale do Silício não pode mais ser vista como simples mudança de comportamento de alguns bilionários ou flerte com a extrema-direita americana. Por trás dessa aproximação existe uma disputa sobre quem terá o poder de definir os limites das empresas que controlam plataformas digitais, mecanismos de busca, publicidade, inteligência artificial e parte crescente da circulação de informação.

Enquanto parte da elite tecnológica defende menor interferência estatal e maior liberdade empresarial, órgãos públicos continuam travando batalhas antitruste contra gigantes do setor. A inteligência artificial ampliou a queda de braços. O controle sobre grandes modelos, chips, centros de processamento e serviços de nuvem pode determinar quem terá capacidade de desenvolver as próximas gerações tecnológicas. O debate deixou de ser sobre redes sociais e comércio eletrônico apenas. O busílis é a infraestrutura sobre a qual empresas, governos e cidadãos construirão seus sistemas digitais.

Isso tem muito a ver com a mudança de paradigma da geopolítica mundial. Os Estados Unidos pressionam a União Europeia contra a adoção de regras digitais. A regulação das big techs tornou-se também uma disputa sobre soberania, comércio internacional e poder tecnológico.

É disso que trata o livro mais recente do jornalista americano Gil Durán, *The Nerd Reich*: *Silicon Valley Fascism and the War on Democracy*, lançado em 18 de agosto passado. A obra investiga a ascensão do autoritarismo tecnológico e a influência de bilionários do Vale do Silício — como Peter Thiel — nas instituições democráticas e na política atual.

A tese central de Gil Durán sobre o "Nerd Reich" é a seguinte: parte da elite tecnológica americana passou a questionar os limites impostos pelo Estado, não trata mais das velhas disputas entre democratas e republicanos. Qual deve ser o limite do poder privado quando uma empresa controla uma infraestrutura essencial à vida econômica, social e política? Eis a questão.

As plataformas digitais não vendem apenas produtos. Determinam quais conteúdos circulam mais, quais anúncios alcançam determinados públicos e quais informações aparecem primeiro. A tecnologia não precisa escolher um candidato para produzir efeitos políticos. Basta alterar a arquitetura de circulação das mensagens. É justamente aí que o problema passou a ser uma variável das eleições deste ano.

Eleições

O Brasil chega às eleições de 2026 com experiência acumulada em campanhas digitais, desinformação, disparos em massa, manipulação de imagens e vídeos e uso político das redes sociais. O Tribunal Superior Eleitoral reconhece que o ambiente digital se tornou central para a formação da opinião pública e aprovou novas regras para o pleito, incluindo medidas específicas sobre inteligência artificial, porém não se sabe exatamente o que vai acontecer.

As normas estabelecem restrições à circulação de determinados conteúdos sintéticos e regras para a atuação das plataformas. O TSE também determinou que sistemas de inteligência artificial não devem recomendar candidaturas, buscando evitar interferência algorítmica na decisão do eleitor. A Corte ampliou ainda acordos com empresas digitais para enfrentar conteúdos falsos, manipulados ou descontextualizados e proteger a integridade eleitoral.

Meta, TikTok, Kwai, LinkedIn e outras plataformas firmaram acordos com a Justiça Eleitoral brasileira para ampliar canais de denúncia, cooperação e transparência. No caso da publicidade política, mecanismos permitem acompanhar informações sobre anúncios, anunciantes e gastos. A questão, porém, não está restrita à produção de notícias falsas. Envolve também a capacidade das plataformas de determinar a velocidade, a amplitude e o público de determinadas mensagens.

Hoje, a inteligência artificial pode reduzir drasticamente o custo de uma operação de desinformação. Uma campanha pode produzir milhares de vídeos falsos em poucas horas, adaptando imagens, vozes e narrativas a regiões, grupos sociais e perfis distintos. O risco eleitoral, portanto, não está apenas na mentira tradicional, mas na possibilidade de industrialização da persuasão política.

Quanto maior o poder das plataformas, maior a importância de suas decisões sobre o que circula na sociedade. Uma rede social pode modificar políticas de moderação; uma plataforma de vídeos pode alterar recomendações; um mecanismo de busca pode mudar a apresentação dos resultados; e uma empresa de IA pode estabelecer filtros e restrições para milhões de usuários. São decisões privadas com consequências públicas.

O Brasil possui instituições eleitorais experientes, mas não controla a infraestrutura tecnológica. Grande parte das plataformas utilizadas pelos brasileiros é comandada por empresas estrangeiras, cujos algoritmos, decisões corporativas e políticas podem ser definidas fora do país. A campanha eleitoral, entretanto, acontece dentro dessas plataformas. Esse descompasso cria uma zona de vulnerabilidade.

Isso não significa afirmar que alguma big tech esteja planejando interferir nas eleições brasileiras de 2026 em favor de determinada candidatura. Não há evidência para essa conclusão. Existe, porém, uma preocupação legítima com a possibilidade de influência indevida em um ambiente no qual plataformas, inteligência artificial e publicidade segmentada possuem capacidade inédita de alcançar eleitores.